

FILOSOFIA CRISTÃ DA IDADE MÉDIA EM ÉTIENNE GILSON

Nathan Ferreira França¹

RESUMO

A influência da filosofia grega no pensamento cristão ao longo da história é indiscutível. Contudo, o inverso ainda é ponto de discussão e geralmente negado taxativamente. O problema que este artigo pretende tratar é se a filosofia medieval teria sido o que foi sem o contato com o cristianismo. Étienne Gilson defende não só que a filosofia medieval foi influenciada pelo cristianismo como também que, por causa dessa influência, tornou-se uma filosofia distintamente cristã. Os objetivos específicos desse artigo são, em primeiro lugar, identificar a relação de Gilson com os *Annales*, em vista de sua contemporaneidade com os precursores e da aparente harmonia de pressupostos com o referido movimento, e em segundo lugar, verificar à luz do pensamento de Gilson se é plausível a concepção de uma filosofia cristã da Idade Média.

Palavras-chave: Filosofia Medieval; Filosofia Cristã; Étienne Gilson; Escola dos *Annales*.

ABSTRACT

The influence of Greek philosophy on Christian thought throughout history is indisputable. However, the converse is still a point of discussion and is generally denied. The problem that this article intends to address is whether medieval philosophy would have been what it was without the contact with Christianity. Étienne Gilson argues not only that medieval philosophy was influenced by Christianity but also that because of this influence it became a distinctly Christian philosophy. The specific objectives of this article are, first, to identify Gilson's relationship with the *Annales*, in view of their contemporaneity with the precursors and the apparent harmony of presuppositions with that movement, and secondly to verify in the light of the of Gilson's thought if the conception of a Christian philosophy of the Middle Ages is plausible.

Keywords: Medieval Philosophy; Christian Philosophy; Étienne Gilson; School of *Annales*.

¹ Mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; graduado em Filosofia pela Universidade Metropolitana de Santos (2017), graduado em Teologia pelo Seminário Presbiteriano José Manoel da Conceição (2015), graduado em Matemática pela Universidade Paulista (2012). Contato: nff.nathan@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Que o cristianismo foi radicalmente influenciado pela filosofia clássica no período patrístico e medieval está fora de dúvida. Os cristãos se valeram da filosofia na busca por compreender a fé que lhes foi transmitida e também no intuito de defendê-la perante adversários intelectuais. Silogismos e conceitos aristotélicos e platônicos tornaram-se mais do que recursos intelectuais, pois passaram a integrar o pensamento cristão de maneira definitiva ao longo da história. A expressão latina *fides quaerens intellectum* [fé buscando entendimento] manifesta a motivação dos cristãos ao aproximar-se da filosofia grega e apropriar-se dela reconciliando, assim, fé e razão. A conclusão clarividente é de que o cristianismo jamais seria o que é ou o que foi sem a influência recebida da filosofia.

Contudo, uma questão importante geralmente respondida de forma positiva é: teria a filosofia medieval sido o que foi sem o contato com o cristianismo? A resposta positiva a essa questão aponta para o senso comum de que apenas o cristianismo foi influenciado pela filosofia, e não o contrário. Étienne Gilson apresenta uma concepção contrária, procurando demonstrar que a filosofia da Idade Média é uma filosofia cristã por excelência. Estará Gilson correto em sua perspectiva?

Étienne Gilson é um filósofo que faz história da filosofia. Sua obra descreve como a filosofia medieval foi sendo construída ao longo da história, demonstrando que o pensamento filosófico foi radicalmente afetado pela influência do cristianismo. Em razão de sua obra aparentemente inserir-se no que a Escola dos *Annales* veio a chamar de “história das mentalidades”, e por ter sido ele um intelectual francês contemporâneo de Lucien Febvre e Marc Bloch, a hipótese inicial era de que Gilson estivesse ligado à Revista dos *Annales*, talvez como articulista. O primeiro tópico pretende apresentar o resultado da investigação a respeito da ligação de Gilson com os *Annales*, a fim de destacar – e de certa forma justificar – o entrelaçamento do pensamento filosófico com uma perspectiva historiográfica encontrado no referido autor. Na sequência, o segundo tópico pretende tratar do problema central levantado acima, acerca da plausibilidade ou não de uma filosofia distintamente cristã da Idade Média.

1. ÉTIENNE GILSON E A ESCOLA DOS *ANNALES*

Étienne Gilson foi um filósofo católico francês, nascido em 1884 e falecido em 1978. Sua obra se concentra na filosofia da Idade Média. A hipótese inicial da pesquisa era que Gilson pudesse de alguma forma estar relacionado ao movimento dos *Annales*.

A revista dos *Annales* foi iniciada pelo trabalho de Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929. Essa revista daria início ao que Peter Burke chama de “a revolução francesa da historiografia”. A revista dos *Annales* tornou-se mais do que uma revista, mas também um movimento, ou até mesmo, uma escola.

Burke aponta sumariamente as ideias que serviram de diretrizes para a criação e o desenvolvimento das fases da revista dos *Annales*:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social e tantas outras (BURKE, 1991, p. 7).

Sendo que Gilson foi um filósofo, não necessariamente sua atividade estaria relacionada a um movimento que pretendeu transformar a historiografia. Apesar disso, foi presumido que haveria um ponto de contato entre Gilson e a Escola dos *Annales* justamente em razão da proposta multidisciplinar que o movimento preconizava.

Como Gilson viveu na França, no mesmo período em que surgiu e se desenvolveu a revista dos *Annales*, e considerando que, como filósofo, dedicou-se a fazer história da filosofia, a hipótese inicial era que Gilson estaria ligado aos *Annales*, possivelmente como um dos articulistas.

No intuito de entender se existiu e, caso tenha existido, como se deu a relação de Gilson com os *Annales*, foram empreendidas as seguintes pesquisas, entre maio e junho de 2018: Primeiro, foi consultada a obra de Peter Burke *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*, na qual não foi encontrada nenhuma referência a Gilson. Depois, foram buscadas as obras de Étienne Gilson na Biblioteca da Universidade Presbiteriana Mackenzie, dentre as quais foram selecionadas as seguintes: *O espírito da filosofia medieval*, *A filosofia na Idade Média* e *O filósofo e a teologia* de Étienne Gilson. Em nenhuma dessas obras foi encontrado respaldo à hipótese inicial de

que Gilson seria ligado aos *Annales*. Em seguida, foram feitas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Presbiteriana Mackenzie com as palavras-chave “Étienne Gilson” e “Annales”, através das quais não foi encontrado nenhum trabalho que se mostrasse relevante à pesquisa. Posteriormente, foram feitas buscas no Banco de Dados da EBSCO (ATLA Religion Database with ATLA Serials, Religion and Philosophy Collection), ProQuest (Dissertation & Thesis Full Text, Religion) com as palavras-chave “Étienne Gilson” e “Annales”, através das quais não foi obtido nenhum resultado que se mostrasse relevante à pesquisa. Por fim, foi feita busca no acervo Google Livros com as palavras-chave “Étienne Gilson Annales”, de onde foram obtidos quase cinquenta mil resultados. O expressivo resultado da pesquisa por si só tornou evidente que, de alguma forma, Étienne Gilson esteve relacionado com o movimento dos *Annales*. Sendo impossível analisar cada um dos resultados obtidos em vista da enorme quantidade, foram selecionadas quatro obras, onde constam trechos específicos que unem a pessoa de Gilson ao movimento dos *Annales*.

A primeira obra foi *The Annales School: Critical Assessments* [A Escola dos Annales: Avaliações críticas], de Stuart Clark, em que Febvre, um dos fundadores dos *Annales*, recorre a Étienne Gilson para salientar a importância das ideias na história, justamente no capítulo “The History of Mentalities” [A História das Mentalidades]:

Revendo (com admiração) *La Philosophie au Moyen Age* [A Filosofia na Idade Média], de Etienne Gilson, Febvre retornou em 1946 a essa ideia central:

Não devemos subestimar o papel das ideias na história. Menos ainda devemos subordiná-los à ação de interesses. Precisamos mostrar que uma catedral gótica, o mercado municipal de Ypres e uma grande catedral de ideias do tipo que Étienne Gilson descreve para nós em seu livro são filhas de uma única época, irmãs criadas na mesma casa (CLARK, 1999, p. 461).²

Essas palavras de Febvre demonstram que o pensamento de Gilson esteve, de alguma maneira, alinhado com os princípios que nortearam o movimento dos *Annales*,

² Tradução própria. Texto original: Reviewing (admiringly) Etienne Gilson's *La Philosophie au Moyen Age*, Febvre returned in 1946 to this central idea: We must not underestimate the role of ideas in history. Even less should we subordinate them to the action of interests. We need to show that a Gothic cathedral, the market hall of Ypres, and a great cathedral of ideas of the sort that Etienne Gilson describes for us in his book are daughters of a single epoch, sisters reared in the same house hold.

sem, contudo, elucidar nada a respeito da existência de uma relação entre o pensador e o movimento.

A segunda obra foi *The Annales School: An Intellectual History* [A Escola dos Annales: Uma História Intelectual], de André Burguière. A pesquisa direcionou à página 265, onde estão registradas as notas do livro. A nota 8 do capítulo “Agreements and Disagreements: Caught between Two Directors [Acordos e desacordos: Pego entre Dois Diretores]” registra:

Em janeiro de 1934, ele escreveu uma nota para Étienne Gilson, que apresentaria a candidatura de Bloch à faculdade do Collège de France. Em poucas páginas, ele esboçou uma apresentação muito brilhante para o estudo das mentalidades, tal como os *Annales* a imaginaram, destacando os aspectos que particularmente caracterizavam a abordagem de Bloch (BURGUIÈRE, 2006, p. 265).³

Apenas algumas páginas da obra puderam ser acessadas, o que tornou impossível a consulta ao capítulo onde a nota foi feita. Devido à falta do contexto é quase impossível determinar a quem se referem as ocorrências do pronome “ele”. Contudo, apesar do prejuízo da falta de contexto, parece que a frase “ele esboçou uma apresentação muito brilhante para o estudo das mentalidades, tal como os *Annales* a imaginaram” refere-se a Étienne Gilson.

A terceira obra, editada por Peter Burke, foi *Economy and Society in Early Modern Europe: Essays from Annales* [Economia e Sociedade no Início da Europa Moderna: Ensaio dos Annales]. Na introdução da obra, Burke faz menção a uma crítica direta de Febvre a Gilson:

Febvre foi sempre mais severo com os historiadores diplomáticos que escreveram sobre política externa sem referência ao contexto econômico e social. Ele teria apreciado a observação de G. M. Young de que tal história era "pouco mais do que o registro do que um funcionário disse a outro funcionário". Mas ele se opôs a qualquer história que fosse menor que o total. Em famosas resenhas polêmicas de livros, depois reimpressas num volume com o título apropriado de *Combats pour l'histoire* [Lutas pela história], ele atacou Étienne Gilson e Daniel Mornet, por exemplo, por escrever história da filosofia e da

³ Tradução própria. Texto original: In January 1934 he composed a note for Étienne Gilson, who was to present Bloch's candidacy before the faculty of the Collège de France. In a few pages, he sketched a very brilliant presentation of the study of mentalities as the *Annales* envisioned it, highlighting the aspects that particularly characterized Bloch's approach.

história literária sem integrar filosofia e literatura à história em geral (BURKE, 1972).⁴

Neste parágrafo, fica evidente que Febvre leu Étienne Gilson a fim de criticá-lo. A crítica neste caso acima foi negativa, por Gilson não integrar filosofia e literatura à história geral. Essa crítica negativa que Febvre teria feito à obra de Gilson, no entanto, não pode levar à conclusão de que Gilson foi rechaçado pelo movimento dos *Annales*, pois a última obra a ser analisada na sequência nos mostra um tom crítico inverso.

A quarta e última obra foi um dos artigos publicados por Lucien Febvre na Revista dos *Annales* sobre *Les métamorphoses de la Cité de Dieu* [A Metaforose da Cidade de Deus], um livro de Étienne Gilson. Febvre deixa claro em seu artigo que pretende ampliar o público leitor do referido livro. Esta única frase já é suficiente para explicitar seu objetivo: “É óbvio que o livro de Etienne Gilson é de interesse para os historiadores (FEBVRE, 1954, p. 372).⁵

Com base nas citações que foram apresentadas, embora não se possa fazer ousadas asseverações sobre o tema, parece razoável depreender que Gilson não foi um dos articulistas da revista dos *Annales*, mas foi importante para o movimento na medida em que escreveu obras que, comumente, harmonizavam-se com os princípios defendidos por Lucien Febvre e Marc Bloch e os demais eruditos da Escola dos *Annales*.

No prefácio da obra *A filosofia na Idade Média*, parece evidente que Gilson se alinha com os princípios do movimento dos *Annales*, especialmente quando afirma que seu intuito é “simplesmente contar uma história”, conforme o destaque em itálico no seguinte parágrafo.

Nossa intenção não foi escrever uma obra de erudição, nem apresentar uma série de monografias sobre os principais pensadores da Idade Média, tampouco citar todos os nomes próprios, conhecidos, o que teria sido muito mais fácil, em certo sentido, mas *simplesmente contar uma história*, tal como a podemos perceber em suas linhas mestras, após a havermos estudado e ensinado por longos anos, só considerando de seus

⁴ Tradução própria. Texto original: Febvre was always most severe on the diplomatic historians who wrote about foreign policy without reference to the economic and social background. He would have appreciated G. M. Young's remark that such history was 'little more than the record of what one clerk said to another clerk'. But he opposed any history that was less than total. In famous polemical book-reviews, later reprinted in a volume with the appropriate title of *Combats pour l'histoire*, he attacked Étienne Gilson and Daniel Mornet, for example, for writing history of philosophy and literary history without integrating philosophy and literature into history in general.

⁵ Tradução própria. Texto original: Il est évident que le livre d'Étienne Gilson a de quoi intéresser les historiens.

momentos principais o que pode esclarecer seu sentido geral. As divisões por séculos e por séries de autores não são mais do que simples marcos (GILSON, 2007, p. XII)

A pesquisa apontou Gilson como um filósofo lido e criticado pelos articulistas da revista dos *Annales*, que não pode ser identificado diretamente com o movimento, mas que em princípio mostrou-se útil para a “Nova História” que o movimento pretendia criar.

2. A PLAUSIBILIDADE DA CONCEPÇÃO DE UMA FILOSOFIA CRISTÃ DA IDADE MÉDIA

Ao que tudo indica, Étienne Gilson teve sua obra reconhecida e valorizada pelo movimento dos *Annales* por se tratar de história das mentalidades. O objetivo deste tópico se alinha com o desejo de se conhecer a história da mentalidade filosófica medieval. Tem-se em vista verificar se o pensamento filosófico medieval foi influenciado em suas raízes pelo cristianismo a ponto de podermos compreender a filosofia medieval como uma filosofia cristã.

As perguntas que se pretende responder são: Teria o cristianismo exercido influência sobre a filosofia no período medieval? De alguma forma é possível conceber a existência ou mesmo a possibilidade de uma filosofia cristã nesse período? Étienne Gilson lida com essas questões no primeiro capítulo de sua obra *O espírito da filosofia medieval*, publicada pela Editora Martins Fontes em 2006. Seu intuito não é propor que a filosofia medieval tenha sido construída sobre fundamentos bíblicos, mas defender que a filosofia medieval jamais teria sido o que foi sem a influência do cristianismo.

Gilson proferiu em 1931 dez aulas, ou palestras, na Universidade de Aberdeen com o título *Gifford Lectures*. A referida obra reúne não só essas dez aulas, como também outras dez, proferidas no ano seguinte. Seu desafio nessas aulas foi definir o espírito da filosofia medieval. Ele conta que sua aceitação ao convite se deu porque, embora a concepção de que a Idade Média tenha uma literatura e uma arte fosse bastante difundida, não havia ainda uma definição quanto ao espírito da filosofia medieval, se de fato havia ou não.

No prefácio da sua obra, Gilson afirma sobre a filosofia medieval que “foi procurando defini-la em sua essência específica que me vi levado a apresentá-la como a “filosofia cristã” por excelência” (GILSON, 2006, p. 1). No primeiro capítulo, que

corresponde à primeira de sua série de palestras, Gilson procura apontar para a plausibilidade de se conceber a filosofia da Idade Média como uma filosofia cristã. Ele faz isso à medida em que identifica e supera alguns obstáculos a essa concepção.

2.1 Primeiro obstáculo: atitude de historiadores e filósofos

O primeiro obstáculo que Gilson identifica e procura superar é em relação a atitude de historiadores e filósofos quanto à existência ou mesmo a possibilidade de uma filosofia cristã na Idade Média. Ele reconhece que muitos respondem negativamente a essa proposta, e coloca o problema da seguinte forma:

Todos sabem que a civilização medieval se caracteriza pela extraordinária importância que o elemento religioso nela adquire. Tampouco se ignora que o judaísmo, o islamismo e o cristianismo produziram então corpos de doutrinas em que a filosofia se combinava de uma forma mais ou menos feliz com o dogma religioso designado pelo nome, aliás muito vago de escolástica. A questão está precisamente em saber se essas escolásticas, sejam elas judaicas, muçulmanas ou mais especificamente cristãs, merecem o nome de filosofias (GILSON, 2006, p. 6).

O problema em tela é se o encontro das referidas religiões com a filosofia ensejou na formulação de filosofias judaica, islâmica e cristã. Posto dessa forma, a existência de uma filosofia cristã não parece evidente. Contudo, mesmo sem uma definição clara sobre a existência ou a possibilidade de uma filosofia cristã, segundo Gilson, o que muitos historiadores fazem é simplesmente constatar como fato que nunca houve uma filosofia cristã.

Como questão de fato, os historiadores assumem que o cristianismo ao se encontrar com a filosofia, transformou-se em uma mistura que não contribuiu em nada com o saber filosófico. Em outras palavras, é como se apenas o cristianismo tivesse sido influenciado pela filosofia, mas não foi capaz de exercer qualquer influência permanente no pensamento filosófico. Nas palavras de Gilson, dirão esses historiadores:

Retalhos de doutrinas gregas mais ou menos canhestramente costurados a uma teologia, é quase tudo o que os pensadores cristãos nos deixaram. Ora tomam emprestado de Platão, ora de Aristóteles, a não ser que, pior ainda, tentem uni-los numa impossível síntese e, como já se dizia João de Salisbury no século XII, reconciliar mortos que divergiam incessantemente quando vivos. Nunca se assiste ao desabrochar de um pensamento que seja ao mesmo tempo radicalmente cristão e

verdadeiramente criativo; portanto, o cristianismo não contribuiu em nada para enriquecer o patrimônio filosófico da humanidade (GILSON, 2006, p. 6-7).

Ao lado dos historiadores estão também os próprios filósofos de orientação racionalista que longe estão de reconhecer sequer a existência e a possibilidade de uma filosofia cristã, quanto menos a influência que esta poderia ter exercido no espírito filosófico medieval. Na visão desses filósofos, filosofia e religião são essencialmente distintos, pois creem na possibilidade de uma razão pura. Gilson define assim o pensamento desses filósofos:

Para eles, existe entre a religião e a filosofia uma diferença de essência, que torna impossível, ulteriormente, qualquer colaboração entre elas. Nem todos estão de acordo quanto à essência da religião, longe disso, mas todos estão para afirmar que ela não é da ordem da razão e que, por sua vez, a razão não poderia pertencer à ordem da religião. Ora, a ordem da razão é precisamente a da filosofia. Há pois uma independência essencial da filosofia em relação a tudo o que não é ela e em particular a esse irracional que é a Revelação. Ninguém pensaria hoje em dia em falar de uma matemática cristã, de uma biologia cristã ou de uma medicina cristã. Por quê? Porque a matemática, a biologia e a medicina são ciências e porque a ciência é radicalmente independente da religião, tanto em suas conclusões como em seus princípios. A expressão “filosofia cristã”, tão usada, é porém nada menos que absurda e a única coisa a fazer portanto é abandoná-la (GILSON, 2006, p. 7).

Além de apontar os historiadores e os filósofos racionalistas como críticos da concepção de uma filosofia cristã, Gilson também indica a presença dos neo-escolásticos nesse mesmo lado. Embora estes jamais neguem a relação entre filosofia e religião, suas conclusões certamente não serão diferentes das dos filósofos racionalistas.

No entendimento dos filósofos neo-escolásticos, a relação entre filosofia e religião é inegável, especialmente na obra de Tomás de Aquino. Contudo, Gilson esclarece que eles reconhecerão apenas em Aquino uma filosofia propriamente dita, e em mais ninguém:

O que esses neo-escolásticos negam é que nenhum pensador cristão tenha conseguido constituir uma filosofia, porque sustentam que são Tomás de Aquino fundou uma; mas não seria necessário pressioná-los muito para fazê-los dizer que ela é a única e que, se é a única, é justamente porque se constituiu num plano puramente racional (GILSON, 2006, p. 8).

A principal diferença entre filósofos neo-escolásticos e filósofos racionalistas é que estes colocam a filosofia no topo das ciências, enquanto aqueles colocam a teologia.

Assim, ambos têm dificuldade em reconhecer que o pensamento racional e a fé podem coexistir.

Refletindo sobre se os próprios pensadores da Idade Média definiriam a si mesmos como filósofos, Gilson afirma que “alguns deles sem dúvida responderiam que esse é um título com que não se preocupam nem um pouco, porque têm outro, o de cristãos, que os dispensa daquele” (GILSON, 2006, p. 8). Por outro lado, reconhece que alguns houveram que, identificando-se como filósofos, admitiram a legitimidade do exercício da razão puramente filosófico e sistematicamente subtraído da influência da fé (GILSON, 2006, p. 9). Contudo, Gilson explicita que, em contraposição, os pensadores da Idade Média em geral concebiam a união entre o exercício da razão com a fé na Revelação cristã:

Tal como exprimiui por exemplo nos séculos XII e XIII, a opinião média é muito bem representada por santo Alselmo e são Boaventura, que aliás se remetem a justo título a santo Agostinho. O exercício da razão pura lhes parece seguramente possível, e como duvidar disso depois de Platão e Aristóteles? Mas eles sempre se atêm ao plano das condições de fato nas quais se exerce a razão, não ao da sua definição. Ora, é um fato que houve, entre os filósofos gregos e nós, a Revelação cristã e que ela modificou profundamente as condições nas quais a razão se exerce. De que maneira os que têm essa revelação poderiam filosofar como se não a tivessem? Os erros de Platão e de Aristóteles são precisamente os erros da razão pura; toda filosofia que pretender se bastar a si mesma incorrerá neles ou em outros que serão piores, de sorte que o único método seguro consiste hoje, para nós, em tomar a revelação como guia a fim de alcançar alguma inteligência do seu conteúdo, e é essa inteligência da revelação que é a própria filosofia. *Fides quaerens intellectum* [fé buscando entendimento], eis o princípio de toda especulação medieval (GILSON, 2006, 9).

Embora historiadores, filósofos racionalistas e filósofos neo-escolásticos neguem a existência ou mesmo a possibilidade de uma filosofia cristã na Idade Média, o fato é que nenhum deles nega que tenha havido relação entre o pensamento filosófico e a fé cristã. A questão que surge imediatamente é “como o pensamento filosófico e a fé cristã foram concebidos em suas relações?” (GILSON, 2006, p. 14). Ainda que sem a devida investigação, muitos deles dão a essa questão uma resposta taxativa negando plausibilidade de uma filosofia cristã.

De fato, existem problemas particulares a serem resolvidos antes de uma possível definição do que vem a ser filosofia cristã e antes de se identificar a Idade Média como contexto em que ela existiu. Mesmo com todas as dificuldades envolvidas, Gilson busca preparar uma discussão da noção de filosofia cristã que repouse em bases sérias e

tornar possível a definição de uma realidade histórica correspondente (GILSON, 2006, p. 15).

2.2 Segundo obstáculo: o caráter exclusivamente prático do cristianismo

O segundo obstáculo com o qual Gilson lida diz respeito à concepção de que o cristianismo primitivo se baseia apenas em caráter exclusivamente prático, como se tudo se resumisse em “um esforço de ajuda mútua, espiritual e material ao mesmo tempo, nas comunidades” (GILSON, 2006, p. 15), sem nenhum elemento “especulativo”. Gilson reconhece que o cristianismo primitivo não é uma filosofia, mas daí a dizer que não há nenhum elemento “especulativo”, seria ir “além do que a observação histórica permite afirmar” (GILSON, 2006, p. 15). Respondendo a essa objeção, Gilson argumenta:

Onde se encontraria esse cristianismo prático, alheio a toda e qualquer especulação? Para encontra-lo, seria preciso remontar além de São Justino, eliminar da literatura cristã primitiva muitas páginas dos Padres Apostólicos; suprimir a primeira Epístola de João com toda a mística especulativa da Idade Média, cujos princípios ela estabelece; rejeitar a pregação paulina da graça, da qual logo nasceria o agostinismo; excluir o Evangelho de João, com a doutrina do Verbo contida no Prólogo; seria preciso remontar além dos Sinópticos e negar que o próprio Jesus tenha ensinado a doutrina do Pai Celeste, pregando a fé num Deus providência, anunciado aos homens a vida eterna no Reino que não terá fim; seria preciso esquecer, sobretudo, que o cristianismo primitivo estava tanto mais ligado ao judaísmo quanto mais primitivo era; ora, a Bíblia continha uma multidão de noções sobre Deus e o governo divino, que, sem ter um caráter propriamente filosófico, estavam apenas à espera de um terreno favorável para explicitar em consequências filosóficas (GILSON, 2006, p. 15-6).

Com sua argumentação, Gilson pretende salientar que não é porque a Bíblia não seja um livro filosófico que ela não possa ter influenciado o desenvolvimento da filosofia. Para ele,

para que a possibilidade dessa influência seja concebível, basta que a vida cristã tenha contido desde as suas origens elementos especulativos, tanto como elementos práticos, e que esses elementos especulativos só o fossem num sentido propriamente religioso (GILSON, 2006, p. 16).

Nesse sentido, em vista de o cristianismo em sua origem ter tido elementos especulativos, sua conclusão parece óbvia: “embora ainda não saibamos em que consiste a filosofia cristã, ela aparece como não sendo teoricamente contraditória” (GILSON, 2006, p. 17).

Ora, se o cristianismo teve em sua origem elementos especulativos, o que torna possível a existência de uma filosofia cristã, e que de fato pode haver um exercício cristão da razão, Gilson está correto em levantar essa questão: “Por que recorrer *a priori* admitir que o cristianismo pôde alterar o curso da história da filosofia, abrindo à razão humana, por intermédio da fé, perspectivas que ela ainda não havia descoberto?” (GILSON, 2006, p. 17).

Até aqui nada se comprovou acerca da existência de uma filosofia cristã na Idade Média, mas, verifica-se que não se pode negar sua possibilidade:

Esse é um fato que pode não ter se produzido, mas nada autoriza a decretar que ele não pode ter se produzido. Podemos até ir mais longe, até dizer que é esse um fato que um simples olhar para a história da filosofia moderna leva a crer que de fato se produziu (GILSON, 2006, p. 17).

2.3 Terceiro obstáculo: independência filosófica do pensamento moderno

Por fim, o último obstáculo com o qual Gilson lida, a fim de preparar a discussão sobre a noção de uma filosofia cristã, diz respeito a aparente independência entre a filosofia moderna e a filosofia medieval, como se tivesse havido um salto entre os gregos e Descartes. Gilson argumenta em favor da influência que o pensamento cristão exerceu na filosofia medieval; influências estas que podem ser percebidas, inclusive, nos filósofos modernos:

“não se trataria de fazer de Descartes um “filósofo cristão”, mas quem ousará sustentar que a filosofia moderna seria exatamente o que ela foi, de Descartes a Kant, se não tivesse existido as “filosofias cristãs” interpostas entre o fim da época helenística e o início da era moderna? Em outras palavras, a Idade Média talvez não tenha sido, do ponto de vista filosófico, tão estéril como se diz, e talvez seja à influência preponderante exercida pelo cristianismo no decurso desse período que a filosofia moderna deva alguns dos princípios diretores em que se inspirou. Basta examinar sumariamente a produção filosófica dos séculos XVII, XVIII e até XIX para discernir imediatamente características que parece difícil explicar sem levar em conta o trabalho de reflexão racional realizado pelo pensamento cristão entre o fim da época helenística e o início da Renascença (GILSON, 2006, p. 17-8).

Não são poucas as evidências da influência do cristianismo na obra de Descartes, por exemplo. A longa citação que se segue mostra-se necessária em razão de nela Gilson apresentar sumariamente tal influência:

Abramos por exemplo as obras de René Descartes, o reformador filosófico por excelência, aquele sobre o qual Hameli ousava escrever que “vem depois dos antigos quase como se não houvesse nada entre eles e ele, salvo os físicos”. O que devemos entender por esse *quase*? Poderíamos recordar primeiro o título das suas *Méditations sur la métaphysique* [Meditações sobre a metafísica]m “em que a existência de Deus e a imortalidade da alma são demonstradas”. Poderíamos recordar mais uma vez o parentesco das suas provas da existência de Deus com a de santo Anselmo e até as de são Tomás. Não seria impossível mostrar o que sua doutrina da liberdade deve às especulações medievais sobre as relações entre a graça e o livre-arbítrio, problema cristão por excelência. Mas bastará talvez indicar que todo o sistema cartesiano está suspenso à ideia de um Deus onipotente que, de certo modo, cria a si mesmo, cria com maior razão as verdades eternas, inclusive as da matemática, cria o universo *ex nihilo* e o conserva no ser por uma criação contínua de todos os instantes, sem a qual todas as coisas cairiam de volta no nada de onde sua vontade as tirou. Logo iremos nos perguntar se os gregos conheceram a ideia de criação, mas o simples fato de ser pertinente tal indagação sugere irresistivelmente a hipótese de que Descartes depende diretamente aqui da tradição bíblica e cristã e de que, em sua essência mesma, sua cosmogonia apenas aprofunda o ensino dos seus mestres no que atine à origem do universo. O que é aliás, em suma, esse Deus de Descartes, ser infinito, perfeito, onipotente, criador do céu e da terra, que faz o homem à sua imagem e semelhança e conserva todas as coisas pela mesma ação que as criou, o que é ele, senão o Deus do cristianismo, cuja natureza e atributos tradicionais são facilmente reconhecidos aqui? Descartes afirma que sua filosofia não depende em nada da teologia nem da revelação, que todas as ideias de que ele parte são ideias claras e distintas, as quais a razão natural descobre em si mesma, bastando que analise um pouco seu conteúdo; mas como é que essas ideias de origem puramente racional são exatamente as mesmas, no essencial, que o cristianismo havia ensinado em nome da fé e da revelação durante dezesseis séculos? Essa concordância, em si mesma sugestiva, torna-se ainda mais sugestiva quando aproximamos o caso de Descartes de todos os casos análogos que o rodeiam (GILSON, 2006, p. 18-9).

Seguindo no mesmo intuito, Gilson recorre a Melebranche um filósofo também moderno, que reivindica a influência tanto de seu mestre Descartes como de Agostinho, o qual critica a filosofia escolástica não por confundir filosofia e religião, mas “por não ter sido suficientemente cristã” (Gilson, 2006, p. 19). Da mesma forma, cita, ainda que de passagem, outros filósofos modernos como Pascal, Leibniz e Kant, a fim de demonstrar que a influência do cristianismo perpassou toda a Idade Média, chegando evidentemente até os tempos modernos.

Chegando aos filósofos contemporâneos, Gilson afirma que “é um fato curioso e digno de nota que, embora tenham cessado de remeter-se à *Cidade de Deus* e ao Evangelho, como Leibniz não hesitava em fazer, nossos contemporâneos não cessaram porém de sofrer sua influência” (GILSON, 2006, p. 21). A demonstração disso é feita

tomando como modelo W. P. Montague, que, embora rejeite a Bíblia como Revelação, “toma por novas ideias filosóficas vagas lembranças do Evangelho, que leu na infância e que alguma coisa nele, sem que ele perceba, lhe impede que esqueça” (GILSON, 2006, p. 23).

O terceiro obstáculo parece vencido por meio dessa rápida análise no pensamento de filósofos posteriores ao período medieval. A filosofia moderna não foi construída a partir do pensamento filosófico grego puro, sem qualquer influência oriunda da filosofia medieval, bem como do cristianismo. A conclusão a que Gilson chega é pertinente:

Se houve ideias filosóficas introduzidas na filosofia pura pela revelação cristã; se algo da Bíblia e do Evangelho passou para a metafísica; numa palavra, se não se pode conceber que os sistemas de Descartes, de Malebranche ou de Leibniz teriam podido se constituir tais como são sem que a religião cristã houvesse exercido sua influência sobre eles, torna-se infinitamente provável que a noção de filosofia cristã tenha sim um sentido, porque a influência do cristianismo sobre a filosofia é uma realidade (GILSON, 2006, p. 23).

O objetivo desse tópico não foi explicitar a noção de filosofia cristã em Étienne Gilson, mas apenas demonstrar a plausibilidade de se conceber a filosofia da Idade Média como uma filosofia cristã, não porque tenha sido construída fielmente sobre bases bíblicas, mas por ter sido radicalmente influenciada pelo cristianismo em todos os seus aspectos. Certamente a plausibilidade dessa concepção foi suficientemente demonstrada com o auxílio de Gilson, o qual trata dos problemas levantados por historiadores e filósofos racionalistas e neo-escolásticos com admirável clareza e profundidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola dos *Annales* pretendeu criar uma nova forma de fazer história, diferente daquela que versa sobre os grandes eventos políticos e homens de renome. Um dos princípios basilares da nova historiografia era a multidisciplinaridade. Dentre as muitas disciplinas das quais a “Nova História” se valeu, a filosofia teve o seu papel.

Étienne Gilson foi um filósofo que se dedicou à história da filosofia. Sua preocupação foi além da descrição dos pensamentos e da citação de nomes. Ele, de fato, contou uma história que faz sentido. O cenário da história contada por Gilson foi a Idade

Média, por isso, em sua história, ele nos mostrou não o que esteve na superfície, mas a raiz de onde brotou o desenvolvimento filosófico medieval.

Conceber a filosofia medieval como uma filosofia cristã é, como foi demonstrado por Gilgona, absolutamente plausível, não porque tenha sido construída sobre bases bíblicas, mas porque a influência do cristianismo é perceptível e demonstrável ao longo de toda a história do pensamento medieval. Novos trabalhos fundamentados no pensamento de Gilson poderão ser escritos a fim de elucidar os muitos aspectos em que o cristianismo não só se valeu da filosofia, como tornou a filosofia cristã.

REFERÊNCIAS

BURGUIÈRE, André. **The Annales School: An Intellectual History**. Ithaca, London: Cornell University, 2006.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURKE, Peter (Ed.). **Economy and Society in Early Modern Europe: Essays from Annales**. London, New York: Routledge, 1972.

CLARK, Stuart. **The Annales School: Critical Assessments**. London, New York: Routledge, 1999.

FEBVRE, Lucien. **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**. 9º ano, N. 3, 1954.

GILSON, Étienne. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GILSON, Étienne. **O espírito da filosofia medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. Vol 1. São Paulo: Paulus, 1990.

RUSSEL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura das ideias dos Pré-Socráticos a Wittgensteins**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.